

* C.4 MEDIDAS PROVISÓRIAS (MP)

Deste quadro constam informações completas das tramitações das Medidas Provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para obter informações sobre as tramitações exclusivamente no Senado Federal veja quadro constante deste Relatório no que se refere ao Senado Federal.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.156-5, public. em 27-8-2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.253, de 31-5-2002, public. no DOU de 3-6-2002, regulamenta a MP 2.156-5/2001)
2.157-5, public. em 27-8-2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.254, de 31-5-2002, public. no DOU de 3-6-2002, regulamenta a MP 2.157-5/2001)
2.158-35, public. em 27-8-2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.159-70, public. em 27-8-2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.161-35, public. em 24-8-2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 1º da MP 2.161-35, na parte referente ao § 6º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, pela MP 246, public. no DOU de 7-4-2005, que foi rejeitada em 21-6-2005.
2.162-72, public. em 24-8-2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.163-41, public. em 24-8-2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.164-41, public. em 27-8-2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.165-36, public. em 24-8-2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.166-67, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	541/2001-CN (nº 883/2001, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 32/2001-CN-Mérito - PLV nº 10/2001 (DSF 12-9-2001), Parecer nº 39/1999-CN-Admissibilidade (DSF 12-11-99), Relator: Dep. Moacir Micheletto
2.167-53, public. em 24-8-2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.168-40, public. em 27-8-2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.169-43, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.170-36, public. em 24-8-2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.172-32, public. em 24-8-2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.173-24, public. em 24-8-2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 2/2001-CN-Admissibilidade (DSF 6-4-2001) e Parecer nº 3/2001-CN-Mérito - PLV nº 8/2001 (DSF 6-4-2001), Relator: Sen. Gilberto Messtrinho.
2.174-28, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Insitui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.177-44, public. em 27-8-2001 (Ret. no DOU de 24-9-2001)	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.178-36, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.179-36, public. em 27-8-2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.180-35, public. em 27-8-2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acréscie e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.181-45, public. em 27-8-2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.183-56, public. em 27-8-2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acréscie e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Resolução nº 4/2007, public. no DOU de 18-4-2007, que "Suspende a execução do art. 1º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000." (OBS.: A MP 2.027-39, foi reeditada várias vezes até chegar ao nº 2.183-56)
2.184-23, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973 e 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.185-35, public. em 27-8-2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer Oral Mérito, PLV nº 4/2001 Relator: Dep. Armando Monteiro. Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela MP 237, public. no DOU de 28-1-2005, transformada na Lei nº 11.131, de 1º-7-2005, public. no DOU de 4-7-2005.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.186-16, public. em 24-8-2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.459, de 7-6-2005, public. no DOU de 8-6-2005 e retificado no DOU de 21-6-2005, que "Regulamenta o art. 30 da MP 2.186-16, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências."
2.187-13, public. em 27-8-2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 8º da MP 2.187-13, pela MP 167, public. no DOU de 20-2-2004, transformada na Lei nº 10.887, de 18-6-2004, public. no DOU de 21-6-2004. Revogado o art. 4º da MP 2.187-13, pela MP 316/2006.
2.189-49, public. em 24-8-2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.190-34, public. em 24-8-2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.192-70, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 26 da MP 2.192-70, pela MP 97, public. no DOU de 30-12-2002, transformada na Lei nº 10.661, de 22-4-2003, public. no DOU de 23-4-2003.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.196-3, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.197-43, public. em 27-8-2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.198-5, public. em 27-8-2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.199-14, public. em 27-8-2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o § 3º do art. 5º, da MP 2.199-14, pela Lei nº 11.524, de 24-9-2007, public. no DOU de 25-9-2007. (O art. 23 da lei que altera a MP foi vetado)
2.200-2, public. em 27-8-2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.206-1, public. em 10-9-2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação" e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.208, public. em 20-8-2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.209, public. em 30-8-2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.210, public. em 30-8-2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.211, public. em 30-8-2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.213-1, public. em 31-8-2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.214, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.215-10, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.184, de 5-4-2002, public. no DOU de 8-4-2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001." Decreto nº 4.307, de 18-7-2002, public. no DOU de 19-7-2002, regulamenta a MP 2.215-10/2001. O valor do abono da MP 263, consta do Anexo I da MP 2.215-10.
2.216-37, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra (Ret. no DOU de 24-9-2001)	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 2º da MP 2.216-37, pela Lei nº 11.516, public. no DOU de 28-8-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.217-3, public. em 5-9- 2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado os arts. 1º, na parte referente aos arts. 114-A e 115 da Lei nº 10.233, de 2001, e 3º, ambos da MP 2.217-3, pela MP 246, public. no DOU de 7-4-2005, que foi rejeitada em 21-6-2005. Revogado o art. 3º da MP 2.217-3, pela Lei nº 11.297, public. no DOU de 10-5-2006.
2.220, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.031, de 2-4-2004, public. no DOU de 5-4-2004, regulamenta o Conselho das Cidades conforme o disposto no art. 10 da MP 2.220/2001.
2.224, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.225-45, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.187, de 8-4-2002, public. no DOU de 9-4-2002, regulamenta os arts. 6º e 7º da MP nº 2.225-45/2001.
2.226, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acréscito dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.227, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.228-1, public. em 10-9- 2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 13 da MP 2.228-1, pela MP 155, public. no DOU de 24-12-2003, transformada na Lei nº 10.871, de 20-5-2004, public. no DOU de 21-5-2004. Alterados o parágrafo único do art. 44 e o art. 50, da MP 2.228-1, pela Lei nº 11.329, de 25-7-2006, public. no DOU de 26-7-2006.
2.229-43, public. em 10-9- 2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogada em parte a MP 2.229-43, pela Lei nº 10.470, de 25-6-2002, public. no DOU de 26-6-2002. Alterado dispositivos da MP 2.229-43, pela Lei nº 10.769, de 19-11-2003, public. no DOU de 20-11-2003. Revogado o § 1º do art. 41 da MP 2.229-43, pela MP 224, public. no DOU de 22-10-2004, transformada na Lei nº 11.034, de 22-12-2004, public. no DOU de 23-12-2004. Revogado o art. 24 da MP 2.229-43, pela MP 210/2004, transformada na Lei nº 11.094, public. no DOU de 14-1-2005 (ret. no DOU de 17-1-2005).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
316, public. em 11-8-2006	87/2006-CN (nº 677/2006, na origem)	Altera as Leis nºs 8212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social.	<p>Aprovado o PLV nº 22/2006, no Senado Federal, em 6-12-2006.</p> <p>(**) Sancionada a Lei nº 11.430, de 26-12-2006 (DOU 27-12-2006)</p> <p>(PLV nº 22/2006, vetado parcialmente – MCN nº 166/2006, nº 1.169/2006, na origem – Veto Parcial nº 31/2006)</p>	<p>(*) A MP 316, revogou o art. 4º da MP 2.187-13/2001.</p> <p>Aprovado o PLV nº 22/2006, na Câmara dos Deputados, em 21-11-2006.</p> <p>Aprovado o PLV nº 22/2006, no Senado Federal, em 6-12-2006.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Armando Monteiro</p> <p>Parecer Oral nº 1.256/2006-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-10-2006.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
319, public. em 25-8-2006	91/2006-CN (nº 726/2006, na origem)	Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências.	Aprovado o PLV nº 24/2006, no Senado Federal, em 13-12-2006. (**) Sancionada a Lei nº 11.440, de 29-12-2006 (DOU 29-12-2006-Ed. Extra)	(*) Aprovado o PLV nº 24/2006, na Câmara dos Deputados, em 22-11-2006. Aprovado o PLV nº 24/2006, no Senado Federal, em 13-12-2006. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Zenaldo Coutinho Parecer Oral nº 1.270/2006-SF Relator Revisor Sen. Antonio Carlos Magalhães Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 24-10-2006. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
321, public. em 13-9-2006	101/2006-CN (nº 778/2006, na origem)	Acréscio art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia.	<p>Aprovado com alterações o PLV nº 26/2006, no Senado Federal, em 13-12-2006.</p> <p>(**) Sancionada a Lei nº 11.434, de 28-12-2006 (DOU 29-12-2006)</p> <p>(PLV nº 26/2006, vetado parcialmente – MCN nº 172/2006, nº 1.177/2006, na origem – Veto Parcial nº 32/2006)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 26/2006, na Câmara dos Deputados, em 22-11-2006.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 26/2006, no Senado Federal, em 13-12-2006.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 13-12-2006.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações, na Câmara dos Deputados, em 20-12-2006.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Luiz Sérgio</p> <p>Parecer Oral nº 1.272/2006-SF Relator Revisor Sen. Edison Lobão</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.273/2006-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12-11-2006.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
326, public. em 1º-11-2006	142/2006-CN (nº 913/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.453, de 28-2-2007 (DOU 1º-3-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 20-12-2006.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-2-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Moacir Micheletto</p> <p>Parecer Oral nº 77/2007-SF Relatora Revisora Sen. Kátia Abreu</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-2-2007.</p>
327, public. em 1º-11-2006(Ret. no DOU de 3-11-2006)	143/2006-CN (nº 914/2006, na origem)	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências.	<p>Sancionada a Lei nº 11.460, de 21-3-2007 (DOU 22-3-2007)</p> <p>(PLV nº 29/2006, vetado parcialmente – MCN nº 35/2007, nº 164/2007, na origem – Veto Parcial nº 11/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 29/2006, na Câmara dos Deputados, em 20-12-2006.</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2006, no Senado Federal, em 27-2-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Paulo Pimenta</p> <p>Parecer Oral nº 78/2007-SF Relator Revisor Sen. Delcídio Amaral</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-2-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
328, public. em 3-11-2006	144/2006-CN (nº 942/2006, na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	<p>Sancionada a Lei nº 11.452, de 27-2-2007 (DOU 28-2-2007)</p> <p>(PLV nº 28/2006, vetado parcialmente – MCN nº 25/2007, nº 95/2007, na origem – Veto Parcial nº 9/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 28/2006, na Câmara dos Deputados, em 13-12-2006.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 28/2006, no Senado Federal, em 20-12-2006.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 20-12-2006.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 6-2-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Neucimar Fraga</p> <p>Parecer Oral nº 1.309/2006-SF Relator Revisor Sen. Ney Suassuna</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.310/2006-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12-2-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
329, public. em 3-11-2006	145/2006-CN (nº 943/2006, na origem)	Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.	Sancionada a Lei nº 11.458, de 19-3-2007 (DOU 20-3-2007)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 30/2006, na Câmara dos Deputados, em 20-12-2006.</p> <p>Aprovado o PLV nº 30/2006, no Senado Federal, em 27-2-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Abelardo Lupion</p> <p>Parecer Oral nº 79/2007-SF Relator Revisor Sen. Edison Lobão</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12-2-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
330, public. em 10-11-2006	147/2006-CN (nº 948/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, no valor total de R\$ 106.726.769,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.454, de 28-2-2007 (DOU 1º-3-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 6-2-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-2-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Hermes Parcianello</p> <p>Parecer Oral nº 80/2007-SF Relator Revisor Sen. Garibaldi Alves Filho</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 19-2-2007.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
331, public. em 5-12-2006	151/2006-CN (nº 1.046/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 70.000.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.456, de 8-3-2007 (DOU 9-3-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 14-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 7-3-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Ribamar Alves Parecer Oral nº 94/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16-3-2007.
332, public. em 8-12-2006	152/2006-CN (nº 1.058/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 9.746.438,066,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.456, de 8-3-2007 (DOU 9-3-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 14-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 7-3-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Roberto Santiago Parecer Oral nº 95/2007-SF Relatora Revisora Sen. Ideli Salvatti

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
333, public. em 15-12-2006	157/2006-CN (nº 1.097/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 690.987.595,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.461, de 28-3-2007 (DOU 29-3-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 14-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-3-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wilson Santiago Parecer Oral nº 188/2007-SF Relator Revisor Sen. Romeu Tuma
334, public. em 20-12-2006	161/2006-CN (nº 1.142/2006, na origem)	Autoriza a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA a efetuar doação de área ao Governo do Estado do Amazonas, objeto de ocupação, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, para atender ao interesse público e social.	Promulgada a Lei nº 11.462, de 28-3-2007 (DOU 29-3-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 26-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-3-2007. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Rebecca Garcia Parecer Oral nº 189/2007-SF Relator Revisor Sen. Arthur Virgílio

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
335, public. em 26-12-2006	162/2006-CN (nº 1.165/2006, na origem)	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998; 8.666, de 21 de junho de 1993; 11.124, de 16 de junho de 2005, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.876, de 15 de julho de 1981, prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.481, de 31-5-2007 (DOU 31-5-2007-Ed. Extra) (PLV nº 4/2007, vetado parcialmente – MCN nº 55/2007, nº 353/2007, na origem – Veto Parcial nº 12/2007)	(*) Aprovado o PLV nº 4/2007, na Câmara dos Deputados, em 28-3-2007. Aprovado o PLV nº 4/2007, no Senado Federal, em 15-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. André Vargas Parecer Oral nº 322/2007-SF Relator Revisor Sen. Inácio Arruda Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).
336, public. em 27-12-2006	163/2006-CN (nº 1.167/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 385.263.657,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.463, de 28-3-2007 (DOU 29-3-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 26-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-3-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Fábio Ramalho Parecer Oral nº 190/2007-SF Relator Revisor Sen. Expedito Júnior Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
337, public. em 28-12-2006-Ed. Extra	167/2006-CN (nº 1.171/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 506.528.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.470, de 19-4-2007 (DOU 20-4-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 26-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17-4-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Lelo Coimbra Parecer Oral nº 254/2007-SF Relator Revisor Sen. Aloizio Mercadante
338, public. em 28-12-2006-Ed. Extra	168/2006-CN (nº 1.172/2006, na origem)	Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 8.808.952.888,00, para os fins que especifica.	Arquivada	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 28-2-2007. Perdeu a eficácia. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Pompeo de Mattos Parecer Oral nº 405/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá
				Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
339, public. em 29-12-2006	169/2006-CN (nº 1.173/2006, na origem)	Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.494, de 20-6-2007 (DOU 21-6-2007 - Ret. DOU 22-6-2007)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 7/2007, na Câmara dos Deputados, em 10-4-2007.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 7/2007, no Senado Federal, em 22-5-2007.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 22-5-2007.</p> <p>Aprovada, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 30-5-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Fátima Bezerra</p> <p>Parecer Oral nº 362/2007-SF Relatora Revisora Sen. Fátima Cleide</p> <p>Redação Final Parecer nº 363/2007-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
340, public. em 29-12-2006-Ed. Extra	170/2006-CN (nº 1.192/2006, na origem)	<p>Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física, dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dispõe sobre a redução a zero da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona, altera as Leis nºs. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, 11.128, de 28 de julho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI, e 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), prorroga o prazo de que trata o art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)</p>	<p>Sancionada a Lei nº 11.482, de 31-5-2007 (DOU 31-5-2007-Ed. Extra)</p> <p>(PLV nº 12/2007, vetado parcialmente – MCN nº 56/2007, nº 354/2007, na origem – Veto Parcial nº 13/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 12/2007, na Câmara dos Deputados, em 24-4-2007. Aprovado o PLV nº 12/2007, no Senado Federal, em 15-5-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jilmar Tatto</p> <p>Parecer Oral nº 326/2007-SF Relatora Revisora Sen. Ideli Salvatti</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
341, public. em 29-12-2006-Ed. Extra	171/2006-CN (nº 1.193/2006, na origem)	Altera as Leis nºs. 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.490, de 20-6-2007 (DOU 21-6-2007) (PLV nº 6/2007, vetado parcialmente – MCN nº 73/2007, nº 398/2007, na origem – Veto Parcial nº 18/2007)	(*) Aprovado o PLV nº 6/2007, na Câmara dos Deputados, em 3-4-2007. Aprovado com alterações o PLV nº 6/2007, no Senado Federal, em 22-7-2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 22-7-2007. Aprovada, em parte, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 23-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Filipe Pereira Parecer Oral nº 360/2007-SF Relator Revisor Sen. Expedito Junior Redação Final Parecer nº 361/2007-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
342, public. em 2-1-2007	1/2007-CN (nº 1.194/2006, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.	Sancionada a Lei nº 11.472, de 2-5-2007 (DOU 3-5-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 1/2007, na Câmara dos Deputados, em 27-2-2007. Aprovado o PLV nº 1/2007, no Senado Federal, em 10-4-2007. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Perpétua Almeida Parecer Oral nº 242/2007-SF Relatora Revisora Sen. Ideli Salvatti
343, public. em 8-1-2007	2/2007-CN (nº 7/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.467, de 11-4-2007 (DOU 12-4-2007)	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN). (*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 1º-3-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 10-4-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Reginaldo Lopes Parecer Oral nº 243/2007-SF Relator Revisor Sen. Sibá Machado

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
344, public. em 8-1-2007-Ed. Extra	3/2007-CN (nº 12/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 181.200.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.468, de 17-4-2007 (DOU 18-4-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 27-2-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 12-4-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Pastor Manoel Ferreira</p> <p>Parecer Oral nº 246/2007-SF Relator Revisor Sen. Edison Lobão</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
345, public. em 15-1-2007-Ed. Extra	4/2007-CN (nº 15/2007, na origem)	Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.	Sancionada a Lei nº 11.473, de 10-5-2007 (DOU 11-5-2007)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 2/2007, na Câmara dos Deputados, em 6-3-2007.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 2/2006, no Senado Federal, em 17-4-2007.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 17-4-2007.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 19-4-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relatores: Dep. Marina Maggessi e Dep. Eduardo Valverde</p> <p>Parecer Oral nº 255/2007-SF Relator Revisor Sen. Romeu Tuma</p> <p>Redação Final Parecer nº 256/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
346, public. em 22-1-2007-Ed. Extra	5/2007-CN (nº 29/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00, para os fins que especifica. (<i>Programa de Aceleração do Crescimento – PAC</i>)	Promulgada a Lei nº 11.469, de 17-4-2007 (DOU 18-4-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 26-3-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 12-4-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Milton Monti Parecer Oral nº 247/2007-SF Relator Revisor Sen. Sérgio Zambiasi Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007.
347, public. em 22-1-2007-Ed. Extra	6/2007-CN (nº 30/2007, na origem)	Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF. (<i>Programa de Aceleração do Crescimento – PAC</i>)	Sancionada a Lei nº 11.485, de 13-6-2007 (DOU 14-6-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 9/2007, na Câmara dos Deputados, em 12-4-2007. Aprovado o PLV nº 9/2007, no Senado Federal, em 23-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Fernando de Fabinho Parecer Oral nº 365/2007-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
348, public. em 22-1-2007-Ed. Extra	7/2007-CN (nº 31/2007, na origem)	Institui o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura - FIP-IE, e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)	Sancionada a Lei nº 11.478, de 29-5-2007 (DOU 30-5-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 8/2007, na Câmara dos Deputados, em 11-4-2007. Aprovado o PLV nº 8/2007, no Senado Federal, em 15-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Armando Monteiro Parecer Oral nº 325/2007-SF Relator Revisor Sen. Valtter Pereira Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).
349, public. em 22-1-2007-Ed. Extra	8/2007-CN (nº 32/2007, na origem)	Institui o Fundo de Investimento do FGTS - FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)	Sancionada a Lei nº 11.491, de 20-6-2007 (DOU 21-6-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 10/2007, na Câmara dos Deputados, em 17-4-2007. Aprovado o PLV nº 10/2007, no Senado Federal, em 29-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wilson Santiago Parecer Oral nº 364/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
350, public. em 22-1-2007-Ed. Extra (Retif. no DOU de 23-1-2007)	9/2007-CN (nº 33/2007, na origem)	Altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)	Sancionada a Lei nº 11.474, de 15-5-2007 (DOU 16-5-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 3/2007, na Câmara dos Deputados, em 27-3-2007. Aprovado com alterações o PLV nº 3/2006, no Senado Federal, em 17-4-2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 17-4-2007. Rejeitadas as alterações do Senado e restabelecido o PLV nº 3/2007, na Câmara dos Deputados em 19-4-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Dagoberto Parecer Oral nº 257/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá Redação Final Parecer nº 258/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Tião Viana Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
351, public. em 22-1-2007-Ed. Extra	10/2007-CN (nº 34/2007, na origem)	<p>Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações, amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições e dá outras providências. (<i>Programa de Aceleração do Crescimento – PAC</i>)</p>	<p>Sancionada a Lei nº 11.488, de 15-6-2007 (DOU 15-6-2007-Ed. Extra)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 13/2007, na Câmara dos Deputados, em 25-4-2007. Aprovado com alterações o PLV nº 13/2007, no Senado Federal, em 15-5-2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 15-5-2007. Aprovada, em parte, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 22-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Odair Cunha Parecer Oral nº 323/2007-SF Relator Revisor Sen. Edilson Lobão Redação Final Parecer nº 324/2007-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
352, public. em 22-1-2007-Ed. Extra (Retif. no DOU de 23-1-2007)	11/2007-CN (nº 357/2007, na origem)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)	Sancionada a Lei nº 11.484, de 31-5-2007 (DOU 31-5-2007-Ed. Extra) (PLV nº 11/2007, vetado parcialmente – MCN nº 58/2007, nº 356/2007, na origem – Veto Parcial nº 15/2007)	(*) Aprovado o PLV nº 11/2007, na Câmara dos Deputados, em 18-4-2007. Aprovado o PLV nº 11/2007, no Senado Federal, em 15-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Átala Lins Parecer Oral nº 321/2007-SF Relator Revisor Sen. Arthur Virgílio Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).
353, public. em 22-1-2007-Ed. Extra	12/2007-CN (nº 36/2007, na origem)	Dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)	Sancionada a Lei nº 11.483, de 31-5-2007 (DOU 31-5-2007-Ed. Extra) (PLV nº 5/2007, vetado parcialmente – MCN nº 57/2007, nº 355/2007, na origem – Veto Parcial nº 14/2007)	(*) Aprovado o PLV nº 5/2007, na Câmara dos Deputados, em 29-3-2007. Aprovado o PLV nº 5/2007, no Senado Federal, em 16-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jaime Martins Parecer Oral nº 337/2007-SF Relator Revisor Sen. Marcelo Crivella Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
354, public. em 23-1-2007	14/2007-CN (nº 42/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.471, de 19-4-2007 (DOU 20-4-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 28-2-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17-4-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Nilson Mourão Parecer Oral nº 259/2007-SF Relator Revisor Sen. Marcelo Crivella
355, public. em 26-2-2007	24/2007-CN (nº 87/2007, na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	Sancionada a Lei nº 11.492, de 20-6-2007 (DOU 21-6-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 14/2007, na Câmara dos Deputados, em 26-4-2007. Aprovado o PLV nº 14/2007, no Senado Federal, em 29-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Afonso Hamm Parecer Oral nº 406/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 27-4-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
356, public. em 8-3-2007	27/2007-CN (nº 122/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.479, de 30-5-2007 (DOU 31-5-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 26-4-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 29-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Rocha Parecer Oral nº 407/2007-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles
357, public. em 13-3-2007	28/2007-CN (nº 136/2007, na origem)	Autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRORBRAS junto à Itaipu Binacional, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 11.480, de 30-5-2007 (DOU 31-5-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 2-5-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 29-5-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Giacobbo Parecer Oral nº 408/2007-SF Relator Revisor Sen. Valdir Raupp

Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 7-5-2007.

Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12-5-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
358, public. em 19-3-2007	31/2007-CN (nº 142/2007, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 11.345, de 14 de setembro de 2006, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências.	<p>Sancionada a Lei nº 11.505, de 18-7-2007 (DOU 19-7-2007)</p> <p>(PLV nº 16/2007, vetado parcialmente – MCN nº 96/2007, nº 513/2007, na origem – Veto Parcial nº 24/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 16/2007, na Câmara dos Deputados, em 9-5-2007.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 16/2007, no Senado Federal, em 20-6-2007.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 20-6-2007.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 26-6-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Gorete Pereira</p> <p>Parecer Oral nº 545/2007-SF Relator Revisor Sen. Sérgio Zambiasi</p> <p>Redação Final Parecer nº 546/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Tião Viana</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 18-5-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
359, public. em 19-3-2007	32/2007-CN (nº 143/2007, na origem)	Altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	<p>Sancionada a Lei nº 11.501, de 11-7-2007 (DOU 12-7-2007)</p> <p>(PLV nº 15/2007, vetado parcialmente – MCN nº 94/2007, nº 496/2007, na origem – Veto Parcial nº 22/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 15/2007, na Câmara dos Deputados, em 8-5-2007. Aprovado o PLV nº 15/2007, no Senado Federal, em 21-6-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wilson Covatti Parecer Oral nº 549/2007-SF Relator Revisor Sen. Aloizio Mercadante</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 18-5-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
360, public. em 29-3-2007	36/2007-CN (nº 197/2007, na origem)	Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 11.497, de 28-6-2007 (DOU 29-6-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 15-5-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-6-2007. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Aline Corrêa Parecer Oral nº 570/2007-SF Relator Revisor Sen. Renato Casagrande</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28-5-2007.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
361, public. em 29-3-2007	37/2007-CN (nº 198/2007, na origem)	<p>Instítui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou pela Fundação CAPES; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos - FCPAN; e dá outras providências.</p>	<p>Sancionada a Lei nº 11.507, de 20-7-2007 (DOU 23-7-2007)</p>	<p>(*) Decreto nº 6.092, de 24-4-2007, public. no DOU de 25-4-2007, "Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, instítuído pela Medida Provisória nº 361".</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2007, na Câmara dos Deputados, em 15-5-2007.</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2007, no Senado Federal, em 27-6-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Antonio José Medeiros</p> <p>Parecer Oral nº 564/2007-SF Relator Revisor Sen. Renato Casagrande</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28-5-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
362, public. em 30-3-2007	38/2007-CN (nº 201/2007, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2007.	Promulgada a Lei nº 11.498, de 28-6-2007 (DOU 29-6-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 16-5-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-6-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Angelo Vanhoni Parecer Oral nº 571/2007-SF Relator Revisor Sen. Tião Viana Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29-5-2007.
363, public. em 19-4-2007	42/2007-CN (nº 241/2007, na origem)	Acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Promulgada a Lei nº 11.499, de 28-6-2007 (DOU 29-6-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 4-6-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-6-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Reinaldo Nogueira Parecer Oral nº 572/2007-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 18-6-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
364, public. em 19-4-2007	43/2007-CN (nº 248/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 1.717.041.026,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.503, de 12-7-2007 (DOU 13-7-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 5-6-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 11-7-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Leonardo Monteiro Parecer Oral nº 600/2007-SF Relator Revisor Sen. Inácio Arruda Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 18-6-2007.
365, public. em 24-4-2007	44/2007-CN (nº 272/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 5.200.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.504, de 12-7-2007 (DOU 13-7-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 12-6-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 11-7-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Colbert Martins Parecer Oral nº 610/2007-SF Relatora Revisora Sen. Ideli Salvatti Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 23-6-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
366, public. em 27-4-2007	45/2007-CN (nº 288/2007, na origem)	Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.516, de 28-8-2007 (DOU 28-8-2007-Ed. Extra)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 19/2007, na Câmara dos Deputados, em 12-6-2007.</p> <p>Aprovado o PLV nº 19/2007, no Senado Federal, em 7-8-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Ricardo Barros</p> <p>Parecer Oral nº 644/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 26-6-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
367, public. em 2-5-2007	46/2007-CN (nº 289/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de R\$ 420.575.010,00, para os fins que especifica.	Sancionada a Lei nº 11.517, de 28-8-2007 (DOU 28-8-2007-Ed. Extra)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 20/2007, na Câmara dos Deputados, em 19-6-2007.</p> <p>Aprovado o PLV nº 20/2007, no Senado Federal, em 7-8-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Sívio Costa</p> <p>Parecer Oral nº 645/2007-SF Relator Revisor Sen. Antonio Carlos Valadares</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 1º-7-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
368, public. em 7-5-2007	47/2007-CN (nº 308/2007, na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	Promulgada a Lei nº 11.512, de 8-8-2007 (DOU 9-8-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 21-6-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 7-8-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Roberto Britto</p> <p>Parecer Oral nº 646/2007-SF Relator Revisor Sen. Osmar Dias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-7-2007.</p>
369, public. em 8-5-2007	48/2007-CN (nº 309/2007, na origem)	Acréscere e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências.	<p>Sancionada a Lei nº 11.518, de 5-9-2007 (DOU 6-9-2007)</p> <p>(PLV nº 21/2007, vetado parcialmente – MCN nº 121/2007, nº 672/2007, na origem – Veto Parcial nº 28/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 21/2007, na Câmara dos Deputados, em 26-6-2007.</p> <p>Aprovado o PLV nº 21/2007, no Senado Federal, em 22-8-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Dr. Ubiali</p> <p>Parecer Oral nº 707/2007-SF Relator Revisor Sen. Valdir Raupp</p> <p>Redação Final Parecer nº 709/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Magno Malta</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 7-7-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
370, public. em 11-5-2007	49/2007-CN (nº 313/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 25.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.513, de 8-8-2007 (DOU 9-8-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 6-6-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 7-8-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Waldir Neves Parecer Oral nº 647/2007-SF Relator Revisor Sen. Augusto Botelho</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-7-2007.</p>
371, public. em 11-5-2007	50/2007-CN (nº 314/2007, na origem)	Acréscio parágrafo ao art. 6º da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal.	Sancionada a Lei nº 11.515, de 28-8-2007 (DOU 28-8-2007-Ed. Extra)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 18/2007, na Câmara dos Deputados, em 6-6-2007. Aprovado o PLV nº 18/2007, no Senado Federal, em 7-8-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Dagoberto Parecer Oral nº 648/2007-SF Relator Revisor Sen. Jonas Pinheiro</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-7-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
372, public. em 23-5-2007(Retif. no DOU de 24-5-2007)	52/2007-CN (nº 327/2007, na origem)	Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas junto a fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.524, de 24-9-2007 (DOU 25-9-2007) (PLV nº 23/2007, vetado parcialmente – MCN nº 133/2007, nº 704/2007, na origem – Veto Parcial nº 29/2007)	<p>(*) Alterado o § 3º do art. 5º, da MP 2.199-14, pela Lei nº 11.524, de 24-9-2007, public. no DOU de 25-9-2007. (O art. 23 da lei que altera a MP foi vetado)</p> <p>Aprovado o PLV nº 23/2007, na Câmara dos Deputados, em 10-7-2007.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 23/2007, no Senado Federal, em 22-8-2007.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 22-8-2007.</p> <p>Aprovada, as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 28-8-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Manoel Junior</p> <p>Parecer Oral nº 709/2007-SF Relator Revisor Sen. Jonas Pinheiro</p> <p>Redação Final Parecer nº 710/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Álvaro Dias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 5-8-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
373, public. em 25-5-2007	53/2007-CN (nº 340/2007, na origem)	Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.	Promulgada a Lei nº 11.520, de 18-9-2007 (DOU 19-9-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 24/2007, na Câmara dos Deputados, em 10-7-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 29-8-2007, ficando prejudicado o PLV nº 24/2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados, em 29-8-2007. Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 4-9-2007. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Maria do Carmo Lara Parecer Oral nº 720/2007-SF Relator Revisor Sen. Tião Viana
				Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 7-8-2007. (Ato republicado no DOU de 2-8-2007)

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
374, public. em 31-5-2007-Ed. Extra	54/2007-CN (nº 352/2007, na origem)	Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.	Sancionada a Lei nº 11.531, de 24-10-2007 (DOU 25-10-2007)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 26/2007, na Câmara dos Deputados, em 7-8-2007.</p> <p>Aprovado com alteração o PLV nº 26/2007, no Senado Federal, em 26-9-2007.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise da alteração em 26-9-2007.</p> <p>Rejeitada a alteração do Senado, na Câmara dos Deputados em 2-10-2007</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Pimentel</p> <p>Parecer Oral nº 832/2007-SF Relator Revisor Sen. Cícero Lucena</p> <p>Redação Final Parecer nº 833/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 13-8-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
375, public. em 18-6-2007 (Retif. no DOU de 19-6-2007)	66/2007-CN (nº 368/2007, na origem)	Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 11.526, de 4-10-2007 (DOU 5-10-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 22-8-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 26-9-2007. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Eliene Lima Parecer Oral nº 834/2007-SF Relator Revisor Sen. Paulo Duque Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 31-8-2007.
376, public. em 19-6-2007	69/2007-CN (nº 384/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.527, de 4-10-2007 (DOU 5-10-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 29-8-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 26-9-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Frank Aguiar Parecer Oral nº 835/2007-SF Relatora Revisora Sen. Lúcia Vânia Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 1º-9-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
377, public. em 19-6-2007	70/2007-CN (nº 385/2007, na origem)	Acréscce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.	Arquivada	<p>(*) Aprovado o PLV nº 27/2007, na Câmara dos Deputados, em 5-9-2007.</p> <p>O Senado Federal, em 26-9-2007, rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MP e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1/2002-CN. (Ato Declaratório do Presidente do SF nº 1/2007- DOU de 4-10-2007- Seção I).</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Pedro Chaves</p> <p>Parecer Oral nº 836/2007-SF Relator Revisor Sen. Valter Pereira</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 1º-9-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 62, § 11, da Constituição Federal).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
378, public. em 21-6-2007	72/2007-CN (nº 403/2007, na origem)	Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.	Promulgada a Lei nº 11.533, de 25-10-2007 (DOU 26-10-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 28/2007, na Câmara dos Deputados, em 12-9-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 26-9-2007, ficando prejudicado o PLV nº 28/2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados, em 26-9-2007. Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 2-10-2007, ficando prejudicado o PLV nº 28/2007. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Rose de Freitas Parecer Oral nº 837/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá
379, public. em 29-6-2007	86/2007-CN (nº 423/2007, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.	Revogada	(*) Revogada a MP 379, pela MP 390/2007. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-9-2007.
380, public. em 29-6-2007	87/2007-CN (nº 431/2007, na origem)	Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	Revogada	(*) Revogada a MP 380, pela MP 391/2007. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 11-9-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
381, public. em 6-7- 2007	90/2007-CN (nº 453/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 6.334.721.758,00, para os fins que especifica.	Sancionada a Lei nº 11.544, de 13-11-2007 (DOU 14-11-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 30/2007, na Câmara dos Deputados, em 19-9-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17-10-2007, ficando prejudicado o PLV nº 30/2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados, em 17-10-2007. Aprovado o PLV nº 30/2007, na Câmara dos Deputados em 23-10-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Luiz Bittencourt Relator Revisor Sen. Eptácio Cafeteira
382, public. em 25-7- 2007	97/2007-CN (nº 536/2007, na origem)	Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.	Revogada	(*) Revogada a MP 382, pela MP 392/2007. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 30-9-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
383, public. em 17-8-2007	109/2007-CN (nº 612/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Defesa, da Integração Nacional, das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.537, de 6-11-2007 (DOU 7-11-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 31/2007, na Câmara dos Deputados, em 3-10-2007. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17-10-2007, ficando prejudicado o PLV nº 31/2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados, em 17-10-2007. Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 23-10-2007, ficando prejudicado o PLV nº 31/2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Vital do Rêgo Filho Parecer Oral nº 875/2007-SF Relator Revisor Sen. Osmar Dias Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16-10-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
384, public. em 21-8- 2007	110/2007-CN (nº 613/2007, na origem)	Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.530, de 24-10-2007 (DOU 25-10-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 32/2007, na Câmara dos Deputados, em 9-10-2007. Aprovado com alterações o PLV nº 32/2007, no Senado Federal, em 17-10-2007. A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 9-10-2007. Rejeitadas as alterações do Senado e restabelecido o PLV nº 32/2007, na Câmara dos Deputados em 23-10-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Marcelo Melo Parecer Oral nº 876/2007-SF Relator Revisor Sen. Romeu Tuma Redação Final Parecer nº 877/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20-10-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 caput e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 1/2002-CN).
385, public. em 23-8- 2007	111/2007-CN (nº 621/2007, na origem)	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Revogada	(*) Revogada a MP 385, pela MP 397/2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
386, public. em 31-8-2007	114/2007-CN (nº 648/2007, na origem)	Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.	Promulgada a Lei nº 11.538, de 8-11-2007 (DOU 9-11-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 16-10-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 6-11-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Nelson Pellegrino</p> <p>Parecer Oral nº 1.005/2007-SF Relator Revisor Sen. Edison Lobão</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 30-10-2007.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
387, public. em 3-9-2007	117/2007-CN (nº 656/2007, na origem)	Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.	<p>Sancionada a Lei nº 11.578, de 26-11-2007 (DOU 27-11-2007)</p> <p>(PLV nº 33/2007, vetado parcialmente – MCN nº 184/2007, nº 901/2007, na origem – Veto Parcial nº 36/2007)</p>	<p>(*) Aprovado o PLV nº 33/2007, na Câmara dos Deputados, em 23-10-2007.</p> <p>Aprovado o PLV nº 35/2007 ficando prejudicado o PLV nº 33/2007, no Senado Federal, em 6-11-2007.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 6-11-2007.</p> <p>Rejeitado o PLV nº 35/2007 do Senado Federal e restabelecido o PLV nº 33/2007, na Câmara dos Deputados em 13-11-2007.</p> <p>Parecer Oral-CD Relator: Dep. Dagoberto</p> <p>Parecer Oral nº 1.006/2007-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.007/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 2-11-2007.</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 8-3-2008, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (sessenta dias).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
388, public. em 6-9-2007	119/2007-CN (nº 658/2007, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. (funcionamento do comércio aos domingos)	Promulgada a Lei nº 11.603, de 5-12-2007 (DOU 6-12-2007)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 23-10-2007. Aprovado o PLV nº 36/2007, no Senado Federal, em 6-11-2007, ficando prejudicada a Medida Provisória. A matéria volta à Câmara dos Deputados, em 6-11-2007. Rejeitado o PLV nº 36/2007 e restabelecido a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 20-11-2007.
				Parecer Oral-CD Relator: Dep. Sandro Mabel
				Parecer Oral nº 1.008/2007-SF Relator Revisor Sen. Paulo Paim
				Redação Final Parecer nº 1.009/2007-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais
				Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 5-11-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
389, public. em 6-9-2007	120/2007-CN (nº 661/2007, na origem)	Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior.	Promulgada a Lei nº 11.539, de 8-11-2007 (DOU 9-11-2007)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 23-10-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 6-11-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Silvio Costa</p> <p>Parecer Oral nº 1.010/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 5-11-2007. (Ret. no DOU de 29-10-2007)</p>
390, public. em 18-9-2007-Ed. Extra	124/2007-CN (nº 683/2007, na origem)	Revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.	Promulgada a Lei nº 11.579, de 27-11-2007 (DOU 28-11-2007)	<p>(*) A MP 390, revogou a MP 379, public. no DOU de 29-6-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 6-11-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 2-11-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wilson Covatti</p> <p>Parecer Oral nº 1.093/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 17-11-2007.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
391, public. em 18-9-2007-Ed. Extra	125/2007-CN (nº 684/2007, na origem)	Revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	Promulgada a Lei nº 11.580, de 27-11-2007 (DOU 28-11-2007)	<p>(*) A MP 391, revogou a MP 380, public. no DOU de 29-6-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 6-11-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 21-11-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Giacobbo</p> <p>Parecer Oral nº 1.098/2007-SF Relator Revisor Sen. Valdir Raupp</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 17-11-2007.</p>
392, public. em 19-9-2007	126/2007-CN (nº 691/2007, na origem)	Revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.	Promulgada a Lei nº 11.604, de 5-12-2007 (DOU 6-12-2007)	<p>(*) A MP 392, revogou a MP 382, public. no DOU de 25-7-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 6-11-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 27-11-2007.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Tarcísio Zimmermann</p> <p>Parecer Oral nº 1.104/2007-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá-ad hoc</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 18-11-2007.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
393, public. em 20-9-2007	127/2007-CN (nº 692/2007, na origem)	Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.610, de 12-12-2007 (DOU 13-12-2007)	(*) Aprovado o PLV nº 37/2007, na Câmara dos Deputados, em 8-11-2007. Aprovado o PLV nº 37/2007, no Senado Federal, em 27-11-2007. Parecer Oral - CD Relator: Dep. João Leão Parecer Oral nº 1.113/2007-SF Relator Revisor Sen. Aloizio Mercadante
394, public. em 21-9-2007	128/2007-CN (nº 703/2007, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Em Tramitação	(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 19-11-2007. Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 24-3-2008, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (sessenta dias).
395, public. em 28-9-2007	134/2007-CN (nº 714/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica.	Em Tramitação	(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 27-11-2007.
396, public. em 4-10-2007-Ed. Extra	138/2007-CN (nº 722/2007, na origem)	Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro.	Em Tramitação	(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-12-2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
397, public. em 9-10-2007-Ed. Extra	139/2007-CN (nº 737/2007, na origem)	Revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Em Tramitação	(*) A MP 397, revogou a MP 385, public. no DOU de 23-8-2007. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 8-12-2007.
398, public. em 11-10-2007	141/2007-CN (nº 747/2007, na origem)	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências.	Em Tramitação	(*) Decreto nº 6.246, de 24-10-2007, public. no DOU de 25-10-2007, Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-12-2007.
399, public. em 17-10-2007	170/2007-CN (nº 780/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 456.625.000,00, para os fins que especifica.	Em Tramitação	(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16-12-2007.
400, public. em 29-10-2007	171/2007-CN (nº 813/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Em Tramitação	(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 7-2-2008.
401, public. em 14-11-2007	174/2007-CN (nº 840/2007, na origem)	Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	Em Tramitação	(*) -
402, public. em 26-11-2007	181/2007-CN (nº 900/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.646.339.765,00, para os fins que especifica.	Em Tramitação	(*) -
403, public. em 27-11-2007	183/2007-CN (nº 902/2007, na origem)	Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências.	Em Tramitação	(*) -

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
404, public. em 12-12-2007	186/2007-CN (nº 944/2007, na origem)	Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.	Em Tramitação	(*)
405, public. em 18-12-2007-Ed. Extra	187/2007-CN (nº 971/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00, para os fins que especifica.	Em Tramitação	(*)
406, public. em 21-12-2007	188/2007-CN (nº 1000/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, para os fins que especifica.	Em Tramitação	(*)

(*) Medidas Provisórias que, em decorrência do disposto no art. 62, § 9º, da Constituição Federal, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 32, passaram a tramitar em Casas separadas.

(**) Leis publicadas no DOU após o encerramento da sessão legislativa anterior.

SÚMULA

Total das Medidas Provisórias	133
- editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32.....	052
(*)- tramitação em Casas separadas (Emenda Constitucional nº 32).....	081
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	030
- aprovadas e promulgadas	032
- revogadas	004
- rejeitadas (arquivada).....	001
- perderam eficácia (arquivada).....	001
- em tramitação	065